

**Governo cede para aprovar primeira proposta de Haddad**

Mudança. Pelo acordo, a União mantém a proposta que dá vitória ao Fisco em caso de empate nos julgamentos, mas prevê desconto de juros e multas quando o contribuinte pagar o tributo em até 90 dias

**VOTAÇÃO DA PAUTA ECONÔMICA****PRIMEIRO TESTE****Para evitar derrota no Congresso, governo negocia flexibilizar nova regra do Carf**

MANOEL VENTURA  
[manoel.ventura@globo.com.br](mailto:manoel.ventura@globo.com.br)  
 BRASIL

Para evitar o risco de derrota na primeira votação econômica importante do governo Lula no Congresso, o Ministério da Fazenda encaminhou ontem um acordo que altera a medida provisória (MP) que muda a sistemática das decisões do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), o tribunal administrativo da Receita Federal. Na prática, a União mantém a proposta que dá vitória para o Fisco em caso de empate nos julgamentos, mas prevê desconto de juros e multas quando o contribuinte pagar as causas decididas desta maneira em até 90 dias, sem recorrer ao Judiciário.

Por meio do Carf, os contribuintes, sejam empresas ou pessoas físicas, podem recorrer de decisões de cobrança de

impostos por parte do Fisco. As turmas de julgamento do tribunal administrativo têm formação paritária, ou seja, são compostas igualmente por representantes dos contribuintes e do governo. No mês passado, o governo editou uma MP que restabeleceu uma regra que prevê a vitória do Fisco em caso de empate nos julgamentos. Chamada de voto de qualidade, essa norma vigorou até 2020. Naquele ano, o Congresso aprovou que, em caso de empate, a vitória passaria a ser do contribuinte.

Com essa mudança, anunciada no primeiro pacote de medidas de Fernando Haddad à frente da Fazenda, empresários e parlamentares, argumentando que o desempate automático a favor da União poderia ser prejudicial. Assim, integrantes do governo e do Congresso passaram a enxergar um risco real de

**Lula sugere rever autonomia do BC**

> O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou na noite de quinta-feira a autonomia do Banco Central. Em entrevista à RedeTV, afirmou que poderá rever o modelo da autoridade monetária ao fim do mandato de Roberto Campos Neto, que vai até dezembro de 2024:

> — O povo está melhorando de vida? Não! Então eu quero saber de que serviu a independência (do BC). Eu vou esperar esse cidadão terminar o mandato dele, para fazermos uma avaliação. O que significou o Banco Central independente?

> Lula afirmou que seu foco é reduzir os juros:

> — Outro dia eu me queixei de que eles fizeram uma metade inflação (de 3,25%). Quando você faz uma metade de inflação, você está exagerando numa promessa que você tem que arrochar para cumprir. O Brasil não precisava disso.

> O presidente afirmou ainda:

> — Vou fazer uma reunião com alguns empresários, com alguns bancos, para a gente discutir com muita seriedade a taxa de juros nesse Brasil. Não existe nenhuma razão para a taxa de juros estar em 13,75%. (Renan Monteiro)

derrubada da MP entre deputados e senadores.

A negociação para um acordo em torno da MP está sendo feita por Haddad com empresas como membros do Grupo Esfera e outras entidades empresariais. Ele prevê o seguinte: quando o contribuinte perder uma causa por voto de qualidade, ele pode ter a multa e os juros cancelados, desde pague o valor do tributo em 90 dias (esse prazo ainda está sendo negociado e pode cair para 30 dias). Será preciso pagar apenas a correção monetária. Se o valor não for pago, a multa volta a ser cobrada, e o contribuinte poderia ir à Justiça.

Essa mudança ganhou força na quinta-feira por conta de uma decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). Toffoli deu um prazo de três dias úteis para o governo dar informações sobre a MP que restituiu o voto de qualidade.

A decisão de Toffoli foi tomada no âmbito de uma ação ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra a MP.

O governo trabalha para que o acordo seja sacramentado na próxima segunda-feira. Isso deve ser feito tanto dentro da ação no STF quanto por meio de uma emenda durante a tramitação da MP no Congresso. Por se tratar de uma medida provisória, a norma já está em vigor, mas precisa ser analisada pelos parlamentares em até 120 dias, podendo ser alterada ou rejeitada.

**ESTOQUE TRILIONÁRIO**

Atualmente, há mais de R\$ 1 trilhão em tributos em discussão no Carf. A maior parte desses valores se refere a poucos processos de grandes contribuintes. O governo argumenta que são esses casos em que o voto de qualidade tem maior relevância e, por isso, estima uma perda anual de R\$ 60 bilhões com o empate pró-contribuinte.

Ontem, o Carf suspendeu as sessões programadas para a semana que vem, enquanto o governo Lula costura o acordo. Na pauta da próxima semana estavam casos tributários envolvendo empresas como Petrobras, BRF, Santander e Ambev, entre outras.

A mudança no voto de qualidade foi alvo de reclamações de empresas, de tributaristas e de parlamentares. A votação da MP do Carf é vista internamente como o primeiro grande teste da base de Lula no Congresso com relação à pauta econômica — diante de uma agenda do ministro da Fazenda que inclui reforma tributária e novo arcabouço fiscal.

Apesar do avanço do acordo, ainda não está claro se esses termos vão prosperar no Congresso. O deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), afirma que os parlamentares não foram ouvidos. Ele foi o relator da lei que derrubou o voto de qualidade em 2020.

— Estão fazendo acordo sem combinar com os russos — criticou.

Esta semana, o Carf usou o voto de minerva em seis casos, dois deles envolvendo a Petrobras. Por conta do voto de qualidade, a empresa perdeu um prazo de três dias úteis para o governo dar informações sobre a MP que restituiu o voto de qualidade.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Economia **Página:** 11